

INCLUSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR DE MÚSICA

DIOCELENA DOS SANTOS MIRANDA¹; CAMILA BARBOZA CASTRO²;
REGIANA BLANK WILLE³

¹*Universidade Federal de Pelotas – lenamiranda94@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – castrobcamila@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – regianawille@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A formação de professores tem sido tópico de muitas pesquisas além de ser muito discutido nos espaços de formação docente principalmente dentro das universidades e nos cursos de licenciatura. De fato a discussão do tema tem evidenciado a importância do desenvolvimento de variadas habilidades e qualidades que o professor deverá possuir para alcançar um bom resultado no êxito de sua atuação profissional. Cada vez mais é exigido dos educadores o domínio e a aptidão de ensinar uma série de matérias e ideias complexas. A exigência é que o professor tenha capacidades, ações e pensamentos, dado o vasto campo de aplicação dessas capacidades profissionais (RODRIGUES, LIMA-RODRIGUES, 2011).

Pensar em educação musical e em ensino de música para crianças é também pensar em acessibilidade e inclusão agregando à isso uma reflexão sobre nosso próprio processo de ensino-aprendizagem. Consequentemente é necessário ampliarmos nossa visão do que compreendemos desse processo, repensarmos nossos modos atuais de ensinar, onde aprender e memorizar conteúdos são coisas diferentes.

A Educação Inclusiva (EI) pode ser considerada um desses “conteúdos” complexos e emergentes em que o professor deve se instruir e a realidade da escola pública fundamenta a demanda desse estudo. O aumento significativo de crianças com diversas deficiências inseridas na escola regular justifica a necessidade do estudo da Educação inclusiva. Dessa forma, tem feito com que os educadores em formação, especificamente os licenciandos/professores em formação no Curso de Licenciatura em Música da Universidade Federal de Pelotas repensem suas estratégias de ensino.

Percebemos que a inclusão durante a formação de professores ainda é um assunto pouco explorado e quando os licenciandos se encontram atuando na escola, onde é preciso pôr em prática os saberes relacionados a esse tema, ainda têm muita insegurança pelo simples fato de não terem tido experiência anterior durante a formação.

Dessa forma, buscamos investigar as normativas estabelecidas sobre inclusão nas escolas e refletir as ações e vivências relacionadas à EI que acontecem ou não na formação do estudante de licenciatura em música.

2. METODOLOGIA

A questão do ensino inclusivo nas escolas não é um tema novo, ainda que latente nos dias de hoje. Desde a década de setenta podemos observar o desejo da sociedade em incluir as pessoas com deficiência: Com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP/ MEC), em julho de 1973, primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento de uma política de Educação Especial, em âmbito nacional, começa a ocorrer a criação de

setores especializados nas Secretarias de Educação. Isto trouxe, como consequência, a implantação do atendimento educacional para alunos então considerado como “excepcionais”, também em escolas regulares estaduais e municipais (MARTINS, 2012, p. 25).

Na sequência, vieram outros órgãos e surgiram novas regulamentações e estudos sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Porém, a partir da década de noventa é que foi se estabelecendo um movimento que perpetua até os dias de hoje, o qual almeja a inclusão integral de todos os estudantes com deficiência na educação regular desde a infância, integrando-os no ensino com típicos independentemente de suas diferenças (MARTINS, 2012).

Avanços significativos na qualidade da educação escolar de crianças com deficiência foram proporcionados a partir de 1996 através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96). Todavia, tais avanços não foram suficientes considerando um panorama geral do país devido a diversos motivos, como a falta de verba para adaptações estruturais, o baixo investimento em cursos de formação continuada de professores com enfoque na inclusão, entre outros. Quando falamos de alunos com necessidades específicas, só a vontade de participar das aulas não é suficiente é preciso que exista um contexto que propicie a interação desse aluno de forma eficaz. Para que isso seja possível é necessário um olhar sensível do professor junto aos pais, parceria com a comunidade escolar e amparo da legislação. Nesse sentido, Schambbeck (2015) destaca que pensar a educação na perspectiva inclusiva significa a realização de mudanças sejam estas adequações dos espaços físicos no que se refere ao acesso, bem como a utilização de métodos e técnicas de ensino. A autora ainda salienta que na execução efetiva de recursos financeiros e pedagógicos precisam estar incluídas as escolas de educação básica preferencialmente e também as instituições formadoras, nesse sentido incluem-se a formação inicial e continuada dos professores.

Por conta dessa demanda de alunos deficientes nas escolas públicas, compreendemos a necessidade de projetos de ensino, pesquisa e extensão com esse enfoque na universidade. E ainda que esta temática seja incluída nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em música nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão de forma mais efetiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até pouco tempo, podemos afirmar um período dois ou três anos, todas as questões relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência não faziam parte das preocupações do curso de formação de professores de música da Universidade Federal de Pelotas e talvez de vários outros cursos em nosso país. Não tínhamos essa “provocação reflexiva”, pois tanto os professores universitários quantos os futuros professores não havíam sido requisitados sobre as possibilidades de trabalhar a música de forma inclusiva (BARROSO, 2016, p. 149).

Sabemos que durante a formação dos professores a inclusão não é um dos assuntos mais abordados nos conteúdos e essa precariedade se reflete na atuação profissional desse professor na educação básica, visto que a ausência de estímulos e vivência com esse assunto não insere o educador musical futuro professor de música nesse contexto.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) promulgada em 1996 garantiu avanços significativos no atendimento educacional escolar de alunos com deficiência. Mas infelizmente a operacionalização da LDBEN não

ocorre efetivamente e podemos destacar à organização das escolas para que se atenda às necessidades básicas de aprendizagem de todos os alunos e os procedimentos adotados no cotidiano, desde educação infantil até a educação superior, bem como a formação inicial e continuada de professores para atuarem nesse contexto.

Está previsto em lei que durante a formação inicial, todos os futuros professores da Educação Básica necessitam desenvolver competências para atuar com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de que a educação inclusiva se estabeleça. Mas apesar da existência da Portaria nº 1.793/94 e das Resoluções do CNE, as instituições de ensino superior ainda não se estruturaram no sentido de oferecer disciplinas e/ou conteúdos relativos ao tema nos seus cursos de licenciatura. Mais do que inserir disciplinas nos currículos de forma efetiva, é preciso de novo repensar como compreendemos o ensino e a aprendizagem, sendo pessoal e intransferível. Para que a inclusão tenha possibilidades de ocorrer é preciso examinar atentamente que cada estudante aprende de uma forma e em tempos específicos, significa perceber e respeitar a individualidade permitindo a construção pedagógica e acadêmica de cada um.

Direcionando assim o olhar para a nossa universidade, os projetos de extensão realizados no LAEMUS - Laboratório de Educação Musical da UFPEL - têm procurado superar essas dificuldades que se apresentam, garantindo aos futuros professores de música uma formação voltada para a educação inclusiva. Assim como vencer o desafio de inserir pessoas com deficiência em aulas, atividades culturais e musicais, neste caso específico de crianças e bebês.

Buscando ainda driblar essa problemática, em meados de 2017 foi instituído o Grupo de Estudos em Educação Musical e Inclusão (GEEMIN), um grupo que realiza leituras, discussões e estudos a fim de buscar enxergar sinais, pistas, latências e movimentos ou como chama Santos (2007), o “ainda-não” a possibilidade de mudar, de transferir ou ainda deslocar ações que ainda não foram cogitadas ou realizadas, mas que, em uma ação conjunta, poderão ser exteriorizadas e apontar sinais e possibilidades. As atividades realizadas no Grupo de Estudos fortaleceram as ações de dois Projetos de Extensão: Musicalização Infantil e Musicalização para Bebês.

Assim, ao debatermos no grupo sobre a educação musical e as possibilidades de pensar a inclusão nesse trabalho, as práticas pedagógicas mais viáveis foram se direcionando para a necessidade de abordar as ações musicais de forma lúdica. O projeto de Musicalização para Bebês recebeu várias crianças com transtorno do espectro autista, três crianças com Síndrome de Down e uma com Paralisia Cerebral; e brincadeiras musicais além de um meio para ensinar música subsidiaram as ações de inclusão dessas crianças. Dessa forma é importante atentarmos para a formação de um professor que esteja consciente de sua sala de aula e que mescla a ludicidade com as atividades, conduzindo as mesmas com um olhar de inclusão.

Podemos então perceber que ao longo desses anos de projetos, houve uma melhora significativa nas atuações dos futuros professores perante a temática da inclusão como algo mais próximo e efetivo. Os projetos de extensão têm se tornando cada vez mais abrangentes e devido aos estudos e trabalhos neles realizados foram abertas vagas para crianças com diversas deficiências, onde o estudo sobre cada uma delas e a vivência como um todo nos projetos auxiliam os monitores em suas futuras atuações profissionais.

4. CONCLUSÕES

A criação dos projetos de pesquisa e ensino, em consonância com os projetos de extensão proporcionam debates que fomentam a formação dos educadores dentro de nossa instituição. A partir das experiências nos projetos, os trabalhos de conclusão de curso dos acadêmicos têm sido realizados sob a temática da inclusão, refletindo uma ampliação na visão do licenciando em música e demonstrando o interesse em buscar cada vez mais conteúdos a respeito do que vem sido aprendido e desenvolvido dentro dos projetos. Além disso, vários artigos têm sido escritos e podem servir de referência para outros educadores fora do âmbito da universidade, compartilhando o conhecimento que tem sido construído pelos acadêmicos.

Os direcionamentos dos projetos têm proporcionado ruminar o que pode ser feito a partir das e nas próprias práticas pedagógicas em música. Assim tem sido possível descobrir novos meios para que a formação docente possa considerar aula de música como um local de conexões e possibilidades, e que por isso, seja um lugar de partilha e não de exclusão. Propiciando que logo tenhamos licenciados sensíveis às diferenças, com capacidade de realizar adaptações em seus planos para que suas aulas possam ser inclusivas a todos e assim sejam professores mais preparados para lidar com a realidade encontrada nas escolas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, M. A. Música e Inclusão nas Universidades. In: LOURO, Viviane (org.) **Música e Inclusão Múltiplos Olhares**. São Paulo: Editora Som, 2016. p. 147-164.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 23 dez. 1996.

MARTINS, E. B. C. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da Cidadania**. São Paulo: Editora UNESP. 2012.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. **Formação de Professores e Inclusão: como se reformam os reformadores?**. Educar em Revista, Paraná, n. 41, jul-set. 2011. p. 41-60. Editora UFPR. Acesso em 10 de julho de 2018. Online. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155021076004>

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHAMBECK, R. F. Inclusão de alunos com deficiência na sala de aula: tendências de pesquisa e impactos na formação do professor de música. In: **Revista da ABEM**. Londrina, v.24, n.36, p. 23-35, jan. jun. 2016.